

PEC 170/12 é aprovada e segue para votação em Plenário

Proposta que garante integralidade para servidores inválidos foi aprovada em Comissão
Bárbara Bernardes



Deputado Marçal Filho, Deputada Andreia Zito e Deputado Alexandre Roso

Fotos: Vitória Mórgan

A Proposta de Emenda a Constituição 170/2012 que garante proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez que tenham ingressado na administração pública até 31 de dezembro de 2003, deu mais um passo! A Comissão Especial aprovou ontem (14/05) o parecer do relator Marçal Filho (PMDB/MS), e a proposta seguirá agora para votação em dois turnos no Plenário da Câmara dos Deputados.

Atualmente, a Constituição (art. 40) restringe os proventos integrais apenas para acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável; caso contrário os proventos são proporcionais ao tempo de contribuição. A proposta da Deputada Andreia Zito (PSDB/RJ) tem como objetivo garantir que pessoas que passaram a ser servidores públicos antes da última Reforma da Previdência (Emenda Constitucional 41), e ficaram incapacitadas para o trabalho, recebam integralmente seus proventos.

A autora da proposta fala da sua satisfação com esta aprovação: “Sem duvida alguma consegui hoje alcançar um objetivo. Hoje nós vimos que existe realmente por parte dos parlamentares o entendimento da importância dessa PEC. Então, eu fico muito feliz e estou muito satisfeita”

Manifestação contrária

O Deputado Junji Abe (PSD/SP), foi o único que se manifestou contra e apresentou voto em separado contra o segundo relatório que a Comissão Especial aprovou, e se justifica explicando que no novo parecer do relator, a integralidade e a isonomia, que são fundamentais não estão completas: “Como o parecer número 2 que foi votado hoje e aprovado não fala da extensão de 2003 para cá, lamentavelmente não se completa esses conceitos fundamentais que eu carrego aqui em respeito aos aposentados por invalidez”.

“Agora nós esperamos convencer os nossos líderes partidários, convencer a mesa diretora da Câmara, especialmente nosso Presidente da casa Henrique Eduardo Alves para pautar essa matéria. Eu creio que colocando isso para nós deliberarmos como sendo uma pauta positiva, algo extremamente bom para o país, reconhecendo uma injustiça que foi feita contra essa categoria, eles logo colocaram em votação e não acredito que nenhum parlamentar vote contra”, finaliza o relator da PEC, Deputado Marçal Filho.